

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DE CRIANÇAS NA SALA DE AULA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Maria Eduarda Oliveira da Costa ¹

RESUMO

O desenvolvimento da autonomia no aprendizado de uma língua estrangeira desde a infância é um tema atual que coloca cada estudante como responsável pela própria aprendizagem. Logo, temos um indivíduo, que vai aprender uma língua estrangeira numa sala de aula em interação com outros estudantes e o professor. Esta pesquisa bibliográfica tem como objetivo principal investigar de que maneira a autonomia na aquisição de língua estrangeira pode ser pensada dentro das perspectivas do sociointeracionismo de Vygotsky e da psicanálise de Freud e Lacan. Abordamos os conceitos de autonomia, sujeito, língua e linguagem e interação nas duas perspectivas teóricas. Exploramos o ensino-aprendizagem de língua estrangeira com foco na autonomia do aluno, trazendo o exemplo da sala de aula autônoma de Leni Dam e acentuando a importância da língua materna no ensino de língua estrangeira. A presente pesquisa trouxe como conclusão a necessidade de se colocar a autonomia em discussão por meio da visão psicanalítica, a partir de autores que estudam a aquisição de língua estrangeira nessa linha de investigação como Melman e Revuz. Ambas as perspectivas abordadas trazem contribuições importantes, mas ainda há a necessidade de mais estudos sobre autonomia com foco nas especificidades de cada estudante e na maneira como cada um exerce controle sobre a própria aprendizagem, levando-se em conta questões colocadas pela noção de inconsciente, mais especificamente pelo corpo do sujeito.

Palavras-chave: Autonomia, Língua Estrangeira, Aquisição, Vygotsky, Psicanálise.

INTRODUÇÃO

A autonomia é a capacidade de ter controle sobre a própria aprendizagem (BENSON, 2013). A palavra “controle” é escolhida pelo autor por dar mais abertura à investigação empírica, abrangendo diversas dimensões do processo de aprendizagem. A autonomia em língua estrangeira vem sendo estudada desde os anos 1980 e vários autores possuem a própria definição.

Entre esses pesquisadores estão Leni Dam e David Little (2017), a primeira, com uma experiência prática de sucesso em 1984, utilizando a abordagem comunicativa para o ensino de língua inglesa com crianças do equivalente ao ensino fundamental brasileiro na Dinamarca. Já David Little (2007) apresenta um trabalho mais reflexivo, baseando-se nas experiências de Dam e buscando suporte teórico no sociointeracionismo de Vygotsky.

¹ Doutoranda do Curso de Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco - PE, maria.eduarda@unicap.br;

David Little (2007) propõe três princípios pedagógicos para o desenvolvimento da autonomia do aluno. O primeiro, é o empoderamento do aluno (*learner empowerment*), que envolve o fato do aluno assumir a responsabilidade pelo próprio aprendizado, dando-lhe controle sobre o esse aprendizado. O segundo, reflexão do aluno (*learner reflection*), ajuda o aluno a pensar sobre seu aprendizado, por exemplo, avaliando pontos positivos e áreas a melhorar. O terceiro está relacionado com o uso apropriado da língua-alvo (*appropriate target language use*), ou seja, o fato de os alunos serem capazes de utilizar a língua que se deseja aprender com objetivos de comunicação.

Dentro do tema da autonomia, não foi encontrado qualquer autor que procurasse pensá-lo à luz da psicanálise. Entretanto, Revuz (1998) traz reflexões importantes sobre o aprendizado de uma língua estrangeira numa perspectiva psicanalítica que podem ser usadas para refletir sobre a autonomia. Segundo a autora, cada pessoa passará por experiências diferentes nesse aprendizado, que levam a uma nova possibilidade de expressão do sujeito, o que implica reflexões importantes sobre a sua relação com a língua materna, entre outros aspectos abordados neste estudo.

Retomando os três princípios pedagógicos para o desenvolvimento da autonomia definidos por Little (2007), aponta-se o aluno no centro do processo de aprendizagem, responsável por decisões importantes a respeito da aquisição de uma língua estrangeira e tudo isto ocorrendo dentro de uma sala de aula, em interação com outros estudantes e com o professor. Logo, há um sujeito, que aprenderá uma língua estrangeira, com o objetivo de comunicar-se com outras pessoas por meio desta língua. Portanto, dentro do tema da autonomia, é necessário explorar os seguintes conceitos: o conceito de sujeito, o conceito de língua/linguagem e o conceito de interação.

Em Vygotsky, o sujeito é histórico-social, “o que adquire conhecimento através de sua atividade com o meio e com o outro” (SILVA, 2009, p. 78), sendo esse “outro” uma entidade mediadora entre o que a criança domina e o que ela poderá dominar. O processo de constituição do sujeito cognitivo ocorre através de estágios de desenvolvimento, que vão formar um sujeito de conhecimento, de consciência e de linguagem.

Língua e linguagem não estão claramente conceituadas na teoria sociointeracionista, mas a linguagem é vista, ao mesmo tempo, como um processo individual e social. A mediação sujeito-outro ocorre por meio da linguagem, logo, ela constitui o sujeito na medida em que lhe serve de instrumento. Assim, a aquisição da linguagem para Vygotsky é um processo gradativo, que vai tornar a criança “sujeito

falante da língua materna” (SILVA, 2009, p. 78) e essa apropriação ocorreria da mesma forma no caso de uma língua estrangeira segundo autores como Lantolf (2011).

A interação em Vygotsky enfatiza o papel do “outro” através do seu conceito de ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal) que seria a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial da formação das estruturas psicológicas. O primeiro nível, sendo o que a criança já consegue fazer de forma independente e o segundo nível, aquele “determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (VYGOTSKY, 2007, p. 97). Em aquisição de língua estrangeira, a mediação do professor (e colegas) vai gradualmente se tornando cada vez menos explícita, até que o aluno se torne independente (PAIVA, 2014). Assim, a interação é um processo social e histórico, e significa, nesta proposta, comunicação.

Em Freud (1996), é possível inferir que o sujeito se encontra dividido em duas formas de funcionamento: a consciente e a inconsciente. Lacan atribui ao inconsciente a ideia de sujeito do inconsciente (sujeito do desejo), e à consciência o eu freudiano (sujeito do enunciado). Ao postular que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” e que o “sujeito é efeito do significante” (LACAN, 2008, p. 27), Lacan coloca um sistema de relações pré-existentes ao sujeito, ou seja, uma ordem social que o sujeito adentra através do outro que lhe precede. De maneira geral, o sujeito se constitui na relação com o outro e sua posição em relação a esse outro ocorre através da linguagem. Assim, o sujeito nunca será completamente autônomo em relação ao grande outro.

Freud estuda as questões da linguagem nas formações do inconsciente, já a psicanálise lacaniana assume o conceito de língua de Saussure, que implica a língua como sistema, com sua ordem própria (LIER-DEVITTO; CARVALHO, 2013). Lacan define “a língua como causa de haver sujeito e o inconsciente estruturado como uma linguagem” (LEMOS, 2014, p. 55). Dá importância ao significante, com o significado sendo um efeito deste, e o que os une é uma “barreira resistente à significação”. Lacan ainda concebe a *lalangue* (lalíngua) para tratar do efeito da linguagem sobre o sujeito. A *lalangue* seria a língua própria de cada um, que vem da língua materna e que o sujeito recebe e isso ocorre de forma distinta para cada ser humano, ou seja, cada sujeito vai se apropriando e constituindo sua língua própria atravessada por seus desejos e afetos.

Segundo Revuz (1998), a relação do sujeito com a língua materna vai afetar a aquisição da língua estrangeira de diferentes maneiras para cada um. Enquanto a língua materna é aquela que “teceu o inconsciente”, ou seja, é a língua do desejo, a língua

estrangeira vai incidir na relação amplamente inconsciente que o sujeito mantém com a língua materna nos diferentes universos fonéticos e nas maneiras de construir as significações (REVUZ, 1998, p. 221).

A interação não é preocupação conceitual para a psicanálise, porém, no interacionismo proposto por Lemos, “interação é diálogo e é proposição problemática” (LIER-DEVITTO; CARVALHO, 2013, p. 109), pois considera que a fala da criança é um enigma a ser decifrado e o diálogo se torna um “problema”, pois há o reconhecimento de um “terceiro” (o Outro-língua). Nesta visão, a conquista do reconhecimento da imagem pela criança, ou seja, sua constituição como sujeito, implica um outro (instanciação do Outro) seu semelhante, aquele que vai inseri-la na linguagem. Já a língua estrangeira, na visão psicanalítica, vai abrir um novo espaço para a expressão do sujeito e vem questionar a relação já instaurada entre o sujeito e sua língua materna e “essa relação é complexa e estruturante da relação que o sujeito mantém com ele mesmo, com os outros, com o saber” (REVUZ, 1998).

O objetivo desta pesquisa bibliográfica, portanto, é investigar de que maneira a autonomia na aquisição de língua estrangeira pode ser pensada dentro das perspectivas de Vygotsky e da psicanálise de Freud e Lacan. Será feita uma breve discussão sobre os conceitos de sujeito, língua/linguagem e interação – os quais foram apresentados nesta introdução – dentro dessas perspectivas e do tema da autonomia. E, por fim, apresentaremos o exemplo da sala de aula autônoma proposto por Leni Dam (1995).

Estudar e investigar a temática proposta, revela-se importante porque estudos sugerem que estudantes de língua inglesa de diversos contextos relutam em assumir o controle da própria aprendizagem (LITTLE, 2007, p.17), na medida em que eles estariam acostumados ao modo passivo como as escolas continuam abordando o processo de aprendizagem, com a ideia de que as crianças ainda não estariam preparadas para assumir tal responsabilidade. Para muitos professores (BENSON, 2013, p.120), os obstáculos referentes a adotar práticas que promovam a autonomia dos alunos encontram-se muito mais na dificuldade em alterar as rotinas de ensino-aprendizagem, já estabelecidas política e socialmente, do que na capacidade do aluno em desenvolver a autonomia.

Ambas as perspectivas abordadas trazem contribuições importantes para o debate sobre autonomia em aquisição de língua inglesa, apesar de haver uma evidente necessidade de mais estudos sobre o tema sob um viés psicanalítico. A dimensão do “controle” da própria aprendizagem contida na definição de autonomia proposta por

Benson (2013) talvez seja algo que também mereça maiores investigações futuras, principalmente na área da psicanálise.

METODOLOGIA

Este é um estudo teórico, pois seu objetivo é investigar como a autonomia pode ser pensada dentro das perspectivas vygotskyana e psicanalítica. O tipo de estudo é exploratório para se “manejar com maior segurança uma teoria” e, portanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com as perguntas direcionadas aos autores e encontradas as respostas nas fontes bibliográficas conforme as orientações de Triviños (2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de concordarem com o fato de que é a linguagem que provoca um corte entre os homens e os animais, as propostas vygotskyana e psicanalítica diferem radicalmente em relação aos conceitos de sustentação de cada uma delas, isto é: os conceitos de sujeito, de linguagem, de língua e de interação. Como consequência, no que diz respeito à autonomia, as posições vygotskyana e psicanalítica implicam basicamente diferenças, na medida em que as concepções-eixo que sustentam o edifício de cada uma delas se caracterizam por um afastamento radical.

Ancorada na noção de sujeito, uma diferença importante pode ser percebida na questão da consciência, concebida por Vygotsky como um "mecanismo autorregulador que os humanos usam na resolução de problemas" (metacognição), e que "incorpora funções como as de planejamento, atenção voluntária, memória lógica, solução de problemas, e avaliação" (PAIVA, 2014, p. 130). Segundo o autor (VYGOTSKY, 2008), os seres humanos possuiriam a capacidade de regular suas ações e controlar seus instintos por conta dessas funções de pensar, raciocinar, fazer escolhas e planejar. Com isso, poderiam vir a controlar sua aprendizagem, tornando-se autônomos.

Se é o sujeito aquele que vai, segundo a definição de Benson (2013, p. 73) de autonomia, exercer o controle sobre a própria aprendizagem, é preciso trazer, então, a questão do controle para a autonomia em aquisição de língua estrangeira. Esse mesmo autor lembra que há evidências consideráveis de que os alunos naturalmente exercem controle sobre a própria aprendizagem. Entretanto, este controle “é algo que eles exercem da própria vontade”, sem nenhum treinamento específico. Aceitando a visão desse autor

de que a autonomia é uma capacidade multidimensional que vai tomar formas diferentes para cada sujeito, logo, a autonomia deve ser construída sobre capacidades que surgem naturalmente para a maioria (ou para todos) dos alunos em sala de aula de língua estrangeira.

Para Benson (2013, p. 91), a autonomia surge da “semente” plantada pelo exercício do controle que é observável no dia a dia em sala de aula. Ele sugere três dimensões para o controle: gerenciamento do aprendizado (*learning management*), processos cognitivos (*cognitive processes*) e conteúdos de aprendizagem (*learning content*). A primeira dimensão envolve o planejamento, organização e avaliação do aprendizado, ou seja, são comportamentos observáveis em sala. Já a segunda dimensão envolve os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem da língua estrangeira, que seriam a atenção (*attention*), reflexão (*reflection*) e metacognição (*metacognitive knowledge*). A última dimensão seria o objeto de aprendizagem, ou seja, os aspectos linguísticos a serem estudados.

Na psicanálise, por sua vez, o sujeito é do inconsciente e este “é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1982), consistindo no centro gerador da ação humana, afetando, portanto, a questão da autonomia/controlado. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que o sujeito parece controlar suas ações, em dados momentos surgem indícios de que esse controle falta. Logo, segundo essa concepção de sujeito, o exercício do controle sobre as dimensões sugeridas por Benson, como vimos acima, seria motivado pelo inconsciente.

Considerando a linguagem na proposta sociointeracionista, é importante retomar a última dimensão do controle definida por Benson: o controle sobre os conteúdos de aprendizagem. Isso porque possibilita a entrada no tema da linguagem, no qual existem diferenças importantes entre a teoria de Vygotsky e da psicanálise. Seria preciso considerar, aqui, se todos estariam aprendendo a mesma coisa – a língua estrangeira – ou se cada indivíduo estaria aprendendo algo único para si.

Se tomarmos o ponto de vista de que o aprendizado de uma língua envolve convergir em direção a objetivos de aprendizado em comum, o caso para o controle do aluno sobre o conteúdo é de certa forma enfraquecido. Se aceitarmos que alunos individuais constroem o próprio sistema linguístico através dos recursos da língua-alvo

(*target language*), o caso é fortalecido consideravelmente (BENSON, 2013, p.113, tradução da autora).²

Observa-se, segundo essa visão, que a linguagem é algo que pode de certa forma ser controlado pelo sujeito. Este aspecto da autonomia estaria, então, de acordo com a visão de Vygotsky sobre a linguagem entendida como uma ferramenta de aprendizagem usada para criar e transformar o pensamento. Segundo Lantolf (2011, p. 25), que traduziu o pensamento de Vygotsky para a área de aquisição de língua estrangeira, "a estrutura da língua diz pouco sobre seu poder de mediar nossas vidas mentais e sociocomunicativas", seu poder estaria em seu valor de uso, ou seja, em sua capacidade de produzir sentido.

Enquanto na visão sociocultural, a linguagem é algo que pode ser 'dominado' pela criança, a aquisição de linguagem afetada pela psicanálise apresenta uma visão bastante diferente. Lemos (2002, *apud* LIER-DEVITTO e CARVALHO, 2013) estuda as posições da criança na estrutura da linguagem e explica a mudança que ocorre na criança em seu percurso de aquisição da linguagem. Assim, a criança se coloca em três posições na estrutura, deslocando-se de uma posição a outra, sendo a primeira delas com a criança dominada pela fala do outro cujos fragmentos constituem a fala infantil; a segunda posição é quando surgem erros de diversos tipos e estruturas paralelísticas; e, a terceira posição é a de escuta, pela criança, da diferença entre a própria fala e a fala do outro, dividindo-se entre falante e ouvinte, ou seja, ela se divide entre aquele que fala e aquele que escuta sua própria fala. A criança, então, não captura (gradativamente) a linguagem, mas seria, numa direção oposta à do sociointeracionismo, capturada pela linguagem.

Quanto à interação, na teoria sobre autonomia em aquisição de língua estrangeira, o autor David Little vai buscar a importância da interação para o desenvolvimento desta capacidade em Vygotsky:

(...) por seu ponto de vista vygotskyano, o desenvolvimento de pensamentos superiores e a própria autonomia são produtos da interação social. Se a interação social é removida do aprendizado de língua, então as possibilidades de desenvolvimento da autonomia, e até mesmo do aprendizado da língua em qualquer grau de proficiência, seriam drasticamente reduzidas (BENSON, 2013, p. 141-142, tradução da autora).³

² If we take the view that language learning involves convergence towards common learning goals, the case for learner control over content is somewhat weakened. If we accept that individual learners construct their own language systems out of the resources of the target language, the case is strengthened considerably.

³ (...) from his Vygotskian point of view, the development of higher order thinking and autonomy itself are products of social interaction. If social interaction is removed from language learning the possibilities for

Enquanto no sociointeracionismo de Vygotsky "interação é comunicação" e esta ideia implica uma simetria entre os participantes (concebidos como sujeitos psicológicos), com a linguagem como instrumento da comunicação, no interacionismo, proposto por Cláudia de Lemos, observa-se uma concepção muito diferente. Para essa autora, a "interação é diálogo e é proposição problemática" (LIER-DEVITTO e CARVALHO, 2013, p.109).

Isso porque, o diálogo seria um “jogo da linguagem sobre a própria linguagem”. Assim, faz-se necessário, nessa proposta, ir além da relação cognitiva sujeito-objeto (criança-linguagem) para observar o terceiro (espelho) que seria a própria língua em seu funcionamento metonímico e metafórico, do qual decorrem os “erros” e as produções insólitas, estranhas da criança. Essas produções que aparecem no discurso da criança, segundo Lemos (2000), são imprevisíveis. Logo, o adulto não serve apenas como provedor de *input* linguístico, como no sociointeracionismo, mas ele é concebido como instanciação da língua constituída, ocupando um lugar no Outro – Outro primordial – do qual são transmitidos à criança os significantes da língua e as formas de funcionamento linguístico.

Dam (1995), como relata Little (2007), iniciou seus esforços na tentativa de um modelo de sala de aula autônoma em 1984 com crianças de uma escola dinamarquesa com diferentes níveis de habilidade em língua inglesa. Ela utilizava a abordagem comunicativa, que começava a ser utilizada em diversas partes do mundo em salas de aula de língua estrangeira, e é empregada até os dias de hoje.

Em apenas um ano de experiência com esses alunos, a pesquisadora conseguiu que eles atingissem um ótimo nível de fluência, vocabulário e precisão no uso da língua inglesa, sendo considerados usuários da língua. Nesse contexto, Little (2007) destaca seis aspectos da abordagem pedagógica de Dam (1995), que considerou fundamentais para o sucesso dos seus alunos:

1. O uso apenas da *target language* (língua-alvo, no caso, a língua inglesa) desde o início durante as aulas, tanto pelo professor, quanto pelos alunos;
2. O envolvimento dos alunos na pesquisa por atividades, que eram compartilhadas, discutidas, analisadas e avaliadas com toda a turma;

the development of autonomy, and even learning a language to any degree of proficiency, are drastically reduced.

3. Cada aluno definia seus próprios objetivos de aprendizado e escolhia suas atividades que também eram discutidas e avaliadas em sala;
4. Esses objetivos eram definidos também em conjunto, em pequenos grupos;
5. Todos os alunos possuíam um caderno com anotações sobre seu aprendizado, com planos de aulas e projetos, listas de vocabulário, textos produzidos;
6. A professora engajava os alunos em avaliações regulares do progresso individual e de toda a turma.

Ao analisar a abordagem de Dam (1995), Little (2007) chama a atenção para o fato de que a autonomia pode ser desenvolvida também em crianças, e não apenas em adultos, pois os alunos deste estudo possuíam claramente o controle sobre o próprio aprendizado. Além disso, ficou claro para ele que a autonomia não era algo que o aluno desenvolveria sozinho, mas também envolvia interação com os colegas e colaboração. Está claro, portanto, que a teoria sociocultural de Vygotsky consegue explicar de forma satisfatória a abordagem de Dam (1995) com seus alunos para o desenvolvimento da autonomia e o consequente sucesso no aprendizado da língua estrangeira, no caso, a língua inglesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, foi apresentado um questionamento levantado por Benson convidando os professores de língua estrangeira a refletir sobre a eficácia dos meios utilizados para desenvolver a autonomia do aluno, ou seja, das estratégias e atividades escolhidas. Depois, foi exposta a visão de Little, Dam e Legenhausen sobre como seria uma sala de aula autônoma. Segundo eles, seria preciso possuir as seguintes características: engajar os alunos no uso comunicativo da língua estrangeira de forma autêntica e explorar o que o aluno já possui como “bagagem”, incluindo a língua materna. Por fim, os papéis do aluno nessa sala de aula envolvem ser comunicadores, experimentadores e aprendizes intencionais, e o papel da interação entre os alunos seria crucial.

Algo mencionado dentro da dimensão do controle em autonomia proposta por Benson, é a possibilidade da escolha de atividades na sala de aula autônoma. Isto quer dizer que o aluno, ao exercer sua autonomia, deve ser capaz de escolher atividades tendo em mente os próprios objetivos para a aprendizagem da língua estrangeira. Isso também ajudaria o professor a atender as diferenças entre os alunos em uma mesma sala de aula. Percebemos, neste ponto, o sujeito consciente de Vygotsky, capaz de fazer escolhas,

raciocinar, e pensar, controlando a própria aprendizagem e desenvolvendo a própria autonomia. Já para o sujeito do inconsciente da psicanálise, ainda seria preciso desenvolver pesquisas na área; por isso, é importante lembrar a proposta de Revuz. A autora sugere que o “eu” que fala estrangeiro pode abordar o aprendizado da língua estrangeira de diferentes maneiras e, se o professor possui isso em mente, talvez encontre uma forma de ajudar mais alunos a “quebrar” possíveis barreiras neste aprendizado.

No exemplo de Dam apresentado, observou-se um caso de sucesso na direção de uma sala de aula autônoma baseada em aspectos da teoria sociocultural de Vygotsky. Neste trabalho, no entanto, a ideia foi ir além, trazendo uma visão possível da psicanálise sobre o papel da língua materna no aprendizado da língua estrangeira. Isso porque, Dam não descarta a língua materna como aliada em sala de aula e, segundo Revuz, na visão psicanalítica, a língua estrangeira é aprendida tendo como referência a língua materna.

Ainda no que diz respeito à diferença entre as duas perspectivas na concepção de língua/linguagem e na relação entre língua materna e língua estrangeira, foi trazido o contexto do som e das significações, que poderiam ser aspectos explorados na sala de aula autônoma como aliados na aprendizagem do aluno. Se para os autores baseados em Vygotsky esta questão não parece se colocar como um problema, para a psicanálise o aprendizado de uma nova língua provoca uma perturbação na estrutura psíquica do sujeito, pois vai trazer à tona a história com a língua materna que cada um traz consigo. Logo, o professor, ao enxergar os alunos como sujeitos marcados de formas diferentes pela língua materna, talvez possa encontrar novas formas de lidar com as diferentes significações e os universos fonéticos de cada língua em sala de aula.

Estudos são necessários, como aponta Benson, sobre as diferenças individuais e como cada um exerce as diferentes dimensões do controle sobre a própria aprendizagem, principalmente, o controle sobre o objeto de aprendizagem, ou seja, a língua estrangeira. No que diz respeito ao controle, a teoria sobre autonomia em língua estrangeira concede uma maior importância ao desenvolvimento de habilidades de forma geral para todos os estudantes, praticamente desconsiderando as particularidades de cada sujeito.

É preciso continuar a destacar a importância de desenvolver e promover a autonomia do sujeito desde a infância, já que, segundo Little (2017), "quanto mais tempo se espera para desenvolver a autonomia, mais relutantes serão os alunos para aceitá-las". Além disso, estudantes autônomos seriam mais motivados, seu estudo seria mais eficiente e personalizado e se tornariam usuários mais independentes da língua estrangeira.

Por fim, é importante destacar que há diferenças teórico-conceituais no que concerne ao sujeito, língua(gem), interação, língua materna, que certamente determinam a escolha do tipo de prática em sala de aula. No tocante a essas diferenças, a que diz respeito à língua materna e sua relação com a língua estrangeira adquiriu especial realce; isso porque, na perspectiva psicanalítica, a língua materna implica o corpo do sujeito-aprendiz, em suas manifestações (ritmo, sons, melodia), privilegiando-o como questão a ser considerada na aprendizagem de língua estrangeira. Por sua vez, o corpo e suas manifestações não são considerados como questão na linha vygotskiana. No entanto, essa diferença produz efeitos que podem ser indicados por meio das seguintes perguntas:

- Como a psicanálise poderia abordar a questão da autonomia em língua estrangeira?
- Como essa questão (da autonomia) seria deslocada pelas manifestações corporais do sujeito que escapariam ao controle do aprendiz, na perspectiva da psicanálise?
- Que efeitos teriam as questões implicadas nas manifestações corporais do aprendiz, na perspectiva psicanalítica, sobre os estudos que investigam a noção de autonomia na aprendizagem de língua estrangeira, na linha vygotskiana, como é o caso do trabalho de Leni Dam?

Essas perguntas configuram, então, uma nova trilha no longo caminho a ser percorrido na pesquisa sobre a questão da autonomia na aprendizagem de língua estrangeira.

REFERÊNCIAS

BENSON, P. **Teaching and Researching: Autonomy in Language Learning**. New York: Pearson Education Limited, 2013.

DAM, L. **Learner Autonomy 3: from theory to classroom practice**. Dublin: Authentik, 1995.

FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos (II) e Sobre os Sonhos (1900-1901)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. **O seminário, Livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LACAN, J. **O seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LANTOLF, J. P. The Sociocultural Approach to Second Language Acquisition: Sociocultural Theory, Second Language Acquisition, and Artificial L2 Development. In: ATKINSON, D. (org.). **Alternative Approaches to Second Language Acquisition**. Londres/Nova York: Routledge, 2011, p. 24-27.

LEMOS, C. T. G. Questioning the Notion of Development: The Case of Language Acquisition. In: **Culture & Psychology**. Londres, vol. 6, n. 2, jun. 2000. p. 169-182.

LEMOS, C. T. G. Linguística: de Freud a Lacan. In: Leda Verdiani Tfouni & Diana Junkes Bueno Martha (organizadoras). **O (in)esperado de Jakobson**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014. p. 53-68.

LIER-DEVITTO, M. F.; CARVALHO, G. M. O interacionismo: uma teorização sobre a aquisição da linguagem. In: QUADROS, Ronice Müller de; FINGER, Ingrid. (Org.) **Teorias de aquisição da linguagem**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 101-126.

LITTLE, D. Language Learner Autonomy: Some Fundamental Considerations Revisited. **Innovation in Language Learning and Teaching**, vol. 1, issue 1, 2007. Disponível em: <http://languagesinitiative.com/images/Language_Learner_Autonomy.pdf> Acesso em: 13 nov. 2017.

LITTLE, D.; DAM, L.; LEGENHAUSEN, L. **Language Learner Autonomy: Theory, Practice and Research**. Bristol: Multilingual Matters, 2017.

PAIVA, V. L. M. O. **Aquisição de Segunda Língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 213-230.

SILVA, C. L. C. **A Criança na Linguagem: enunciação e aquisição**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.